

EDITORIAL

Estimadas(os) leitoras(es),

Desde o dia 16 de março desse ano, a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes-MG) suspendeu boa parte de suas atividades presenciais. O motivo dessa precavida decisão é o mesmo que aflige, de forma desigual, o mundo: a pandemia da COVID-19. Em março, mesmo com as subnotificações, tínhamos 234 casos confirmados do novo coronavírus no Brasil. As capitais dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro mergulhavam no estágio de transmissão comunitária, quando não se consegue mais identificar a origem da contaminação. Segundo dados do governo federal, nesse período, chegávamos a 2.064 suspeitos e 202 mortos em todo o Brasil. Passados quatro meses, o país agoniza com um vírus que não parece retroceder. A falta de uma ação política federal e estadual coordenada, aliada a segmentos populacionais negacionistas e que insistem em manter o funcionamento da economia em detrimento do bem-estar populacional, faz com que o Brasil tenha se tornado o epicentro da COVID-19 na América Latina. Não por acaso, a COVID-19 ganha força e, sobretudo, presença na periferia das grandes cidades e do interior brasileiro. Conforme aponta o historiador Gilberto Calil, em matéria publicada na página *Esquerda Online*, no dia 16 de julho,

Nos últimos sete dias, o Brasil teve 7.468 mortes, o que representa 21,4% das 34.946 registradas em todo o mundo (o Brasil tem 2.75% da população mundial), mantendo-se, na semana, uma média de 1.067 mortes diárias, a maior do mundo (os Estados Unidos, em segundo lugar, tiveram, 5.318). Ontem, segundo o Worldometers, o Brasil registrou mais mortes (1.261) que todos os 141 países da Europa, África, Oceania, América Central e Caribe (738). Além disto, já são oito semanas completas em que o país mantém uma média diária entre 900 e 1.100 mortes.

Hoje, 17 de julho, com as subnotificações, chegamos no fatídico número de 76.822 mortos e mais de 2 milhões de casos confirmados. Soma-se a esse necrocenário, o fato de que completamos dois meses sem um ministro responsável pela pasta da

Saúde. A previsão é de que esse número da Argumentos chegue ao público na próxima segunda-feira, 20 de julho, e com esses números já desatualizados.

Diante desse cenário pandêmico, eventos das mais diversas áreas foram sendo sistematicamente suspensos e/ou postergados. Dentre eles, os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos, que ocorreriam, em Tóquio, no mês de agosto. Contudo, no dia 16 de março, a ministra japonesa encarregada dos Jogos, Seiko Hashimoto, em entrevista coletiva, anunciou o adiamento dos mesmos. A decisão foi tomada após o acordo entre o primeiro-ministro japonês, Shinzon Abe, e o presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), Thomas Bach. Foi entendido, de forma acertada, que eventos dessa magnitude global e a intensa dinâmica de circulação e interação que eles produzem poderiam intensificar o espalhamento e contaminação pelo vírus.

Nossa proposta inicial, assim, era lançar o dossiê *Jogos Olímpicos e Paralímpicos: questões contemporâneas*, organizado pelxs professorxs Ester Liberato Pereira (PPGH/Unimontes), Karina Barbosa Cancelli (Colégio Pedro II) e Jimmy Medeiros (FGV/CPDOC), no dia 24 de julho, data da abertura dos Jogos Olímpicos. Porém, com o adiamento dos jogos, tivemos que cancelar essa surpresa para nossxs leitorxs. Ainda assim, a produção do dossiê seguiu firme e, hoje, temos o prazer de colocá-lo no ar. O dossiê, que será explicado com maior cuidado no seu texto de abertura, reúne cinco artigos que oferecem apreciações sobre Estudos Olímpicos e Paraolímpicos, em especial sob o ponto de vista das Ciências Sociais. Nessa seleta equipe, estão xs pesquisadorxs Juliana Carneiro, João Manuel Casquinha Malaia Santos, Sérgio Settani Giglio, Michel Raspaud, Vitória Crivellaro Sanchotene, Giandra Anceski Bataglioni, Janice Zarpellon Mazo, Bernardo Buarque de Hollanda e Vivian Luiz Fonseca. Soma-se, a esse dossiê, a entrevista realizada por Raquel Valente de Oliveira e Tuany Defaveri Begossi, com Luis Henrique Rolim, que foi diretor de pesquisa no Museu Olímpico e do Esporte no Qatar.

A revista Argumentos, como de praxe, tem a sua seção para artigos abertos e que dialogam com temáticas condizentes às Ciências Sociais. O primeiro deles, intitulado “Qualidade do emprego e condições de vida das famílias dos empregados agrícolas e não agrícolas da mesorregião do norte de minas gerais”, é de autoria de Maria Raquel Caixeta Gandolfi, Clesio Marcelino de Jesus e Peterson Elizandro Gandolfi. O texto objetiva analisar a qualidade do emprego e as condições de vida das famílias dos empregados agrícolas nas três principais culturas geradoras de emprego (café, cana-de-açúcar e milho) e não agrícolas na mesorregião Norte de Minas. O artigo seguinte, “Fernando de Azevedo e a cultura brasileira: relações possíveis”, é, também, de singular importância. Em tempos tão desprezíveis vividos pelo Ministério da Educação (MEC), Alessandra Santos Nascimento, estudiosa do pensamento do sociólogo Fernando Azevedo, traz, ao(a) leitor(a), contribuição essencial para entendermos o conceito de cultura brasileira, desenvolvido, por ele, para a ideia de Brasil-nação no século XX.

O terceiro artigo publicado, “Están viniendo cada vez más. Movilidad por salud y ‘turismo médico’ en la Argentina”, é de Lourdes Basualdo e traz importante contribuição para o campo dos estudos de migração qualificada. Através da noção de *mobilidade*

para a saúde, Basualdo explora o processo de produção política de mobilidade na saúde como "turismo médico" na Argentina. Seu argumento é de que o processo de produção política de mobilidade na saúde é como "turismo médico" na Argentina. O quarto e último artigo desta edição, "Institucionalización del Congreso Federal Mexicano. Transición democrática y cambio organizacional", de Laura Valencia Escamilla, identifica cinco modelos de desenvolvimento do Congresso no México, baseados no desenvolvimento e consolidação democráticos, por um lado; e, por outro, na transformação do processo de institucionalização do órgão representativo no país. Segundo a autora, as etapas pelas quais a organização parlamentar se dá são abordadas a partir do equilíbrio entre poderes, do processo de institucionalização da estrutura legislativa, da profissionalização dos órgãos de decisão do Congresso e da introdução de esquemas de abertura parlamentar.

Já na seção Resenhas, a qual fecha a presente edição, contamos com a resenha "Repensando a teoria crítica e sua atualidade: Honneth e seu legado teórico", de Ícaro Yure Freire de Andrade, sobre o livro "Desigualdade e reconhecimento: atualidade da teoria de Axel Honneth", organizado por Antônio Dimas Cardoso e publicado em 2018 pela Editora Unimontes-MG. Andrade, responsável pela resenha, demonstra como, apesar da centralidade das discussões do livro girarem em torno da produção teórica de Axel Honneth, os autores, ali reunidos, desenvolvem reflexões sobre o contexto de disputas, rupturas e continuidades teóricas presentes na obra de Honneth com outros autores que não necessariamente pertencem à tradição da teoria crítica alemã.

Boa leitura e que possamos seguir firmes na lida para conter a velocidade da pandemia!

*Gustavo Dias,
Giancarlo Machado,
e Comissão Editorial*